

# **VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO COTIDIANO ESCOLAR: O QUE PENSAM OS ALUNOS?**

Andreia Osti<sup>1</sup>; <http://orcid.org/0000-0002-7605-2347>

Tatiana Aparecida Barbosa<sup>2</sup>; <http://orcid.org/0000-0001-9950-3342>

## **Resumo**

A pesquisa identificou e analisou a representação de 115 alunos do Ensino Fundamental I de duas escolas públicas de Minas Gerais acerca da violência no contexto escolar. Especificamente buscou-se verificar a respeito da violência psicológica na modalidade humilhação presente na relação educacional entre professores e alunos. A metodologia englobou observação do cotidiano da sala de aula e uma entrevista semiestruturada. Os resultados indicam que a maioria dos alunos apresenta uma representação da violência vinculada à verificação de agressões físicas, isto é, a representação da violência está ancorada à violência física, tal como em atos de bater, chutar, machucar, brigar, empurrar, esfaquear. Devido a estas representações, notou-se que a violência psicológica é pouco percebida pelos discentes, visto não haver atos físicos visíveis e pela representação de que um professor não age com violência, tendo seus atos explicados e justificados como parte do processo de ensino, o que inclui as atitudes agressivas e humilhantes, em alguns casos, vindas deste profissional.

**Palavras-chave:** Violência psicológica; Relações Interpessoais; Ensino.

## *Psychological violence in school education: What do students think?*

## **Abstract**

The research identified and analyzed the representation of 115 students from Elementary School I of two public schools in Minas Gerais about violence in the school context. Specifically, we sought to verify the psychological violence in the modality humiliation present in the educational relationship between teachers and students. The methodology included observation of the classroom everyday and a semistructured interview. The results indicate that most of the students present a representation of violence related to the verification of physical aggressions, that is, the representation of violence is anchored to physical violence, such as in acts of beating, kicking, bruising, fighting, pushing, stabbing. Due to these representations, it was noticed that the psychological violence is little perceived by the students, since there are no physical acts visible and by the representation that a teacher does not act with violence, having their actions explained and justified as part of the teaching process, the which includes the aggressive and humiliating attitudes, in some cases, coming from this professional.

**Keywords:** Psychological violence; Interpersonal Relationships; Teaching.

## *La violencia psicológica en el cotidiano escolar: ¿qué piensan los estudiantes?*

## **Resumen**

La investigación identificó y analizó la representación de 115 alumnos de enseñanza básica de dos escuelas públicas de Minas Gerais sobre la violencia en el contexto escolar. Específicamente, buscamos verificar la violencia psicológica en forma de humillación presente en la relación educativa entre docentes y estudiantes. La metodología incluyó la observación de la vida cotidiana en el aula y una entrevista semiestruturada. Los resultados indican que la mayoría de los estudiantes presentan una representación de la violencia ligada a la verificación de la agresión física, o sea, la representación de la violencia está anclada a la violencia física, como en los actos de golpear, patear, lastimar, pelear, empujar, apuñalar. Debido a estas representaciones, se observó que la violencia psicológica es poco percibida por los estudiantes, ya que no

1 Universidade Estadual Paulista – Rio Claro – São Paulo – Brasil; [andrea.osti@unesp.br](mailto:andrea.osti@unesp.br)

2 Universidade Estadual Paulista – Rio Claro – São Paulo – Brasil; [tatiana.ab78@gmail.com](mailto:tatiana.ab78@gmail.com)

hay actos físicos visibles y por la representación de que un docente no actúa con violencia, teniendo sus actos explicados y justificados como parte del proceso de enseñanza, lo que incluye actitudes agresivas y humillantes, en algunos casos, por parte de este profesional.

**Palabras clave:** Violencia psicológica; Relaciones interpersonales; Enseñando.

## Introdução

O conceito de violência está implicado na subjetividade do indivíduo perante o fenômeno, pois de acordo com Abramovay (2006), a conceituação do que é ou não considerado como violência, muitas vezes apresenta embasamento não em fatos concretos, mas em rumores que circulam a vivência social de determinado grupo, acarretando sentimento de insegurança e medo de serem vítimas de determinadas situações. A violência, fenômeno presente nas relações sociais em todas as camadas e grupos da sociedade, de forma ampla e complexa, estaria também presente no espaço escolar? Seria o ambiente escolar, um espaço de convivência e de interação, um lugar também de produção e reprodução de violência nas suas variadas modalidades?

No Brasil, o estudo da violência na área educacional tem sido alvo de pesquisas e debates (Abramovay, 2002; Derbarbieux, 2002; Kodato, 2004; Nascimento, 2011, Priotto, 2008) a partir da década de 1980, tendo evoluído sua concepção com o passar do tempo. No início, os estudos mostravam a violência na escola como forma de indisciplina (Abramovay, 2003), porém essa concepção foi sendo substituída por delinquência juvenil e comportamento antissocial. Ultimamente, a violência escolar é entendida como um problema complexo, pois abarca situações de exclusão social, indicando a necessidade de avaliações que ultrapassem apenas as questões centradas nas transgressões praticadas por jovens (Abramovay, 2006), considerando-se as inúmeras variáveis envolvidas neste fenômeno.

Pesquisas apontam (Kappel, 2014; Netto, 2012; Paula, 2013) que a representação da violência está geralmente associada à falta de diálogo e às agressões verbais e físicas constantemente observadas na resolução de conflitos provocados pela disputa de poder ou dificuldades interpessoais nas relações cotidianas escolares, principalmente entre pares (aluno/aluno). Porém, a violência da escola (Charlot, 2002) seria percebida e analisada no contexto escolar, pelos estudantes? Perceberiam uma violência mais sutil, como a violência psicológica, que, segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2002) é verificada em situações de ameaça, chantagem, exploração, cobrança de

comportamento e, no caso desta pesquisa, pelas modalidades humilhação e discriminação/rejeição na relação professor-aluno? Estaria a violência simbólica, instuída especificamente na figura de poder do professor, vinculada ao desencadeamento da violência psicológica e, conseqüentemente, às agressões verbais e físicas que alcançam proporção midiática e alarde social? Esses questionamentos conduziram este trabalho a visar identificar a representação dos estudantes e se estes se sentem, ou não, vítimas de violência psicológica na relação educacional com o professor.

Para responder a estes questionamentos, Moscovici (2003), por meio da Teoria das Representações Sociais, oferece possibilidades para pensarmos a realidade social com a qual nos deparamos, permitindo reflexões sobre as elaborações e tendências que conduzem o viver social. A abordagem das Representações Sociais, atrelada a uma análise profunda do contexto da produção destas, da análise e percepção do contexto e do levantamento da perspectiva histórica, possibilita o entendimento do processo de constituições destas representações através da análise de aspectos culturais, ideológicos e interacionais de um grupo e como estas interferem, mobilizam e determinam percepções, comportamentos e modos de vida de grupos e indivíduos (Moscovici, 1961).

Identificar como os alunos compreendem a violência no contexto escolar, percebendo suas representações e a influência destas nas interações cotidianas, permite conceber este fenômeno em suas múltiplas facetas e a influência destas informações, vivências e percepções nas relações interpessoais no espaço escolar.

## Metodologia

Foram realizadas 24 observações em dois meses durante o período letivo, em duas escolas da periferia de uma cidade do Sul de Minas. Cada escola autorizou a observação de 3 salas de aula nos quartos e quintos anos do Ensino Fundamental I, previamente combinado com a direção e docentes. Após esta primeira parte da investigação concluída, foram realizadas as entrevistas na própria escola, no período de aula, compondo um total de 6 dias, totalizando 24 horas de entrevistas

com 115 alunos do 4º e 5º anos, de ambos os sexos. A investigação, tendo por instrumento a observação da sala de aula e a entrevista com alunos, configurou-se numa pesquisa envolvendo seres humanos, sendo então necessário submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP – CONEP), tendo sido aprovado sob número de protocolo 57846316.0.0000.5465.

Os dados recolhidos durante a observação realizada na escola foram descritos e realizada uma quantificação dos momentos em que se observaram situações de violência psicológica. Os resultados das entrevistas foram analisados qualitativamente por meio da categorização das respostas, e posteriormente realizada a análise de conteúdo, baseando-se na perspectiva de Bardin (1979) que configura um referencial metodológico auxiliar no estudo das representações sociais. Desta forma foram definidas as categorias que indicam as representações relativas a cada uma das questões apontadas, junto à análise de onde estariam ancoradas tais representações.

## Resultados e discussão

Os dados coletados durante a observação possibilitaram verificar as relações interpessoais em sala de aula, especificamente das relações entre professor/aluno, levantando dados acerca de situações que poderiam ser caracterizadas como violência psicológica em suas modalidades: humilhar e discriminar/rejeitar na relação aluno/professor. Durante as observações foram identificadas duas situações destas modalidades.

**Humilhar:** *“A professora mostrou o caderno de um aluno para a sala e disse: Olhem, isso é caderno! Em seguida pegou o caderno de outro aluno e disse “Isso não é caderno, isto é um lixo!”* **Rejeitar/discriminar:** *“A professora passou de mesa em mesa, corrigindo e explicando as atividades para os alunos. Pulou a mesa de um aluno que não consegue fazer as atividades.”*

As entrevistas indicam que o público alvo possui a representação social da violência associada à agressão física, citada por 73% dos participantes para definir violência, através dos atos de bater, chutar, machucar e ferir, brigar, empurrar, beliscar, matar, por serem talvez, as formas de violência mais facilmente identificadas no cotidiano. As respostas nos levam a refletir sobre onde estão ancoradas, isto é, em quais vivências, percepções e conceitos, estão embasadas a representação do fenômeno da violência como agressão

física – a face mais visível do fenômeno, aparecendo como referência para que os participantes discurssem sobre o tema.

Nesta perspectiva, os dados revelam que a representação da violência pode estar ancorada na fase de desenvolvimento em que os alunos se encontram. Os alunos entrevistados possuem entre 9 a 10 anos de idade. Esta faixa etária, segundo Piaget (1980), corresponde ao Estágio das Operações Concretas. Neste estágio do desenvolvimento cognitivo, as crianças alcançam um equilíbrio geral das operações “concretas”, isto é, dá-se início a diminuição do egocentrismo intelectual e social devido ao desenvolvimento da capacidade de estabelecer relações e coordenar pontos de vista diferentes e de integrá-los de modo lógico e coerente. A criança já inicia a interiorização das ações, isto é, inicia-se a transição do pensamento concreto baseado na ação física, para o desenvolvimento da capacidade de realizar operações mentalmente e não mais apenas através de ações físicas típicas da inteligência sensório-motor.

Embora a capacidade de pensamento e raciocínio coerente estejam em desenvolvimento, tanto os esquemas conceituais como as ações executadas mentalmente se referem, nesta fase ainda, aos objetos ou situações passíveis de serem manipuladas ou imaginadas de forma concreta (Piaget, 1980). Tais características do desenvolvimento cognitivo nos levam a analisar como estão ancoradas as representações de 73% dos participantes da pesquisa em que a violência se associa a agressão física, verificada através dos atos de bater, brigar, empurra, matar, beliscar, pois são modalidades passíveis de verificação imediata, tanto da violência em si, tanto da reação exposta do agressor e do agredido, de fácil observação e impacto no ambiente. E consequentemente, justifica também a não percepção da violência psicológica, citada apenas por 1.7% dos alunos como uma forma de violência, devido ao impacto mais subjetivo e menos concreto causado nas relações interpessoais, com consequente naturalização de comportamentos e atitudes no cotidiano escolar, que mesmo violentas, passam despercebidas.

A violência verbal também foi identificada. A representação da violência está ancorada para 21% dos alunos na percepção da violência através da agressão verbal, categoria descrita através de relatos de atos de xingamento, apelidamento, gritos e discussão. Ampliando-se a concepção do fenômeno da violência no cotidiano escolar, as micro-violências, como as

agressões verbais são cada vez mais comuns segundo a comunidade escolar. Abramovay (2006) relata que os alunos associam o grau de violência à ocorrência de xingamentos, assim como uma correlação entre agressão verbal e física. As agressões verbais, na maioria das vezes, são compreendidas como fatores menores, mas causam impacto sobre o sentimento de violência experimentado por alunos e podem ser uma das portas de entrada da violência física.

Embora a violência verbal não seja aparentemente uma situação grave, Abramovay (2006) ressalta o “potencial de desorganização da ordem coletiva e das referências de sentido individuais, fomentando um sentimento de insegurança, fragilizando instituições, afetando a experiência e a confiança no outro” (p.78), ela ainda constitui, nesta pesquisa, uma forma de objetivação. Nos depoimentos e relatos sobre agressões verbais colhidos na pesquisa da autora, constatou-se que as formas de comunicação utilizadas pelos alunos são geralmente classificadas como vulgares e agressivas em sua linguagem cotidiana. “Essa linguagem é vista por muitos como normal e corriqueira, “naturais aos jovens de hoje”, mas essa prática precisa ser pensada à luz do lugar e da função social da escola como um dos espaços de construção de modos e formas de sociabilidade” (Abramovay, 2006, p.123)

Charlot (2002) afirma que a violência nas escolas é um fenômeno perpassado por múltiplas fontes de tensão – sociais, institucionais, relacionais e pedagógicas – que hoje agitam os estabelecimentos de ensino e sobre cuja base se produz incidentes “violentos” no sentido mais estrito do termo. Para o autor, este fato é relevante, pois uma simples faísca (um conflito, às vezes menor) provoca a explosão (o ato violento). Nesse sentido, as incivildades representam uma ameaça para o sistema escolar. No entanto, como temos observado nessa pesquisa, não há um entendimento mais abrangente sobre o que compõe a violência entre os estudantes.

A representação da violência psicológica, objetivo desta pesquisa, foi pouco referenciada para conceituar o fenômeno. Apenas 1.7% dos alunos citaram as modalidades humilhar e abandonar como representação do fenômeno: “*É agredir crianças, xingar e humilhar também.*”; “*Abandono de pessoas.*”

A não percepção da violência psicológica como modalidade de violência no contexto escolar pode estar ancorada tanto pela não reflexão e percepção do fenômeno devido ao menor impacto causado nas

relações em vista à agressão física e verbal, tanto pelas relações de poder embutidas no cotidiano, que impulsionam a naturalização de comportamentos e atitudes, que mesmo violentas, acabam por passar despercebidas. Podemos inferir que como a violência está objetivada numa relação física de agressão, a questão psicológica deixa de fazer sentido, pois o grupo aqui estudado pouco estabelece essa relação, ou seja, a objetivação da violência implica em atos, algo concreto e verificável e sua ancoragem diz respeito a algo verbal como o xingamento.

Segundo Zizek (2009) a violência simbólica apresenta-se de forma mais sutil nas palavras, nomeações, classificações e formas de utilização da linguagem, não sendo, muitas vezes, reconhecida como violência, mas produzindo efeitos de forma mais insidiosa. Se, em muitas ocasiões, a escola é o lugar onde se podem almejar transformações positivas no uso social da linguagem, justamente por ser um lugar de transmissão e crítica da língua, em outras ocasiões, a própria dinâmica escolar pode reforçar, em suas práticas disciplinares e administrativas, a proliferação desse tipo de violência.

Os resultados de pesquisa aqui encontrados indicam a necessidade de se repensar, junto aos estudantes, sobre o conceito de violência, para despertá-los para além dos episódios graves e espetaculares que podem ocorrer na escola, levando ao entendimento de outras possibilidades de atos violentos, pelas palavras, por exemplo, que muitas vezes passam despercebidas nas relações cotidianas, porém interferem no cotidiano escolar, podendo vir a produzir ou reproduzir uma tensão desencadeadora de outras violências, como a física.

A violência psicológica, muitas vezes tida como padrão de educação, de comportamento familiar ou institucional histórica e socialmente estabelecidos, leva os pais, no caso da família, ou os responsáveis, nos casos das instituições, a perpetuarem comportamentos, atitudes e reações de ordem violenta, porém muitas vezes invisíveis, mas não menos incapacitantes para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, que podem vir a deixar sequelas emocionais por toda a vida.

O indivíduo em desenvolvimento se constitui nas e pelas relações que mantém com o outro durante seu desenvolvimento. Nesta vertente, Nascimento (2011) ressalta que a violência psicológica instaurada nas relações sociais interfere na constituição sócio emocional da criança submetida às práticas de violência, pois

algumas características que professores imprimem nas suas relações com alunos podem se configurar como práticas de violência psicológica, necessitando de reflexão, conceituação e percepção das consequências para o desenvolvimento da criança, visando seu combate.

A educação, entendida também na função formadora através das relações pessoais, tem o papel de também preparar-se para estas relações. Neste sentido, faz-se emergente que a Educação reflita, pesquise e discuta o fenômeno da violência no cotidiano escolar, possibilitando reflexões críticas dos docentes acerca da sua prática, possibilitando mudança de ações, manejo, baseando-se nos princípios da função formadora da escola enquanto instrumento de emancipação na formação cidadã autêntica dos educandos.

Após as questões da entrevista, foi apresentada aos estudantes uma situação que foi observada na escola para que eles pudessem analisar e opinar a respeito. Foi solicitado ao estudante que ele analisasse a situação: A professora mostrou o caderno de um aluno para a sala e disse: “Olhem, isso é caderno”. Em seguida pegou o caderno de outro aluno e disse: “isso não é caderno, isto é um lixo”

Os dados da presente pesquisa revelam que 55% dos alunos participantes afirmaram que houve violência no ato da professora. Várias explicações foram dadas para justificar a afirmação de que a professora havia agido com violência, ancorando a representação da violência na modalidade verbal: “*Sim, chamou o caderno de lixo*”; “*Sim, xingou*.” Os relatos dos alunos nos revelam a percepção do fenômeno da violência através da possibilidade real de observação, isto é, através da violência verbal, denotados como “xingamentos”.

A violência e suas diversas modalidades podem remeter a uma percepção ancorada a diferentes construtos: a violência como o não reconhecimento do outro; a violência como negação da dignidade humana; a violência como ausência de compaixão; a violência como palavra emparedada pelo poder. Todas elas se caracterizam pelo pouco espaço existente para o aparecimento do sujeito da argumentação, de negociação ou da demanda, enclausurado que fica na exibição da força física pelo seu oponente ou esmagado pela arbitrariedade dos poderosos que se negam ao diálogo (Zaluar & Leal, 2001, P. 147-148).

Perceberam características de uma violência mais sutil 6% dos alunos. Mesmo não citando que se tratava de violência psicológica, responderam modalidades que caracterizam o fenômeno: “*Sim, discriminação*.”; “*Sim,*

*não pode comparar*.”; “*Sim, ofendendo o outro colega*.”; “*Sim, porque humilha*.”; “*Sim, o aluno foi ofendido*.”; “*Sim porque está humilhando o aluno*.”

A violência psicológica é exercida na escola de forma normatizada, sem reflexões e críticas por parte dos envolvidos por tratar-se de uma cultura escolar impositiva, própria da classe dominante, reprodutora das estruturas de poder socialmente vivenciadas. Bourdieu e Passeron (1975) definem este fenômeno como violência simbólica, relacionada ao exercício de um poder invisível, ignorado, porém construtor da realidade, estruturados e sistematizados para impor e legitimar a dominação de uma classe sobre a outra através da imposição de significados tidos como legítimos nas relações de força de uma classe sobre a outra. Estas estruturas ideológicas só serão rompidas através de estudos, reflexões e debates que visem o questionamento das ideologias sistematizadas e normalizadas na sociedade, ampliando a possibilidade de crítica e assim, possibilidades de ressignificação e criação de novas formas de ordem social, baseados na abertura discursiva, dialógica, então humana e ética nas relações sociais.

A análise dos resultados permitiu verificar também a não percepção da violência psicológica na modalidade humilhação. Responderam que não consideram a situação apresentada como um ato de violência 38% dos alunos entrevistados. Foi notória a variedade das respostas dadas. Mesmo havendo negação da possibilidade de violência vinda da atitude do professor, os relatos indicam a percepção de uma atitude incorreta: “*Não pode fazer isso, mas não é violência*.”; “*Não, mas acredito que a professora havia feito algo errado e agido com desrespeito*.”

A negação da possibilidade de violência por parte do professor pode estar ancorada na imaterialidade dos fatos, isto é, na sutil característica da violência psicológica, manifestada de forma indireta e subjetiva. Neste viés, essa se torna simbólica, ou seja, segundo Nascimento (2011), a criança legitima o que o outro pensa ou sente sobre ela, podendo na relação com o outro, principalmente no âmbito da escola com o professor, constituir-se emocional, psicológica e socialmente através da percepção desta figura de autoridade como incompetente, fracassada, aumentando o sentimento de desvalorização de si.

Nos relatos a seguir expostos, os participantes que não conceituam a situação como violenta, usam outras modalidades, mais sutis, para caracterizar a atitude da professora, como humilhação, preconceito,

racismo, constrangimento: “Não, mas é humilhação para o aluno, atitude errada da professora.” “Não, mas a professora deixou ele constrangido e o aluno pode se trancar no quarto.”

Tais respostas nos levam a indagar em que percepções estão ancoradas às representações destes alunos, que percebem e nomeiam humilhação e preconceito como atitudes incorretas, mas não violentas? A representação da violência como agressão física estaria tão enraizada que não possibilitaria nomear situações mais sutis? Não possibilitaria perceber as várias modalidades de violência embutidas nas relações interpessoais de poder?

Segundo Ristum (2001), a violência psicológica caracteriza-se por atitudes que prejudicam o desenvolvimento da autoestima, da competência social, da capacidade para relacionamentos interpessoais positivos e saudáveis. Sendo assim, o autor considera que o termo psicológica não qualifica a violência (ação violenta), mas o tipo de dano que ela produz no indivíduo.

Estes dados nos levam a necessidade de se repensar as práticas educativas e as relações de poder instauradas nas relações educacionais entre professor e aluno. Zaluar e Leal (2001) consideram que o recurso utilizado pela escola que incluem situações de castigo e humilhação de crianças precisa ser repensado, pois o aluno pode desestruturar-se afetiva e emocionalmente, ocasionando consequências negativas como perda da autoestima, estrutura afetiva abalada, o que pode ter como resultado a timidez, revolta ou vergonha. As autoras salientam que a violência psicológica supostamente normatizada em algumas atividades pedagógicas, como nos processos de avaliação e formas de interação estabelecidas não se configurem no autoritarismo, que pode acabar em uma violência exercida pelo “poder das palavras que negam, oprimem ou destroem psicologicamente o outro” (p. 148).

A violência simbólica legítima, que inclui o professor no exercício do poder simbólico, precisa ser delimitada para que não se silencie aqueles que deveriam estar sendo formados para se tornarem sujeitos críticos, autônomos e autores de sua própria história. A escola, local de convívio, portanto de relações interpessoais, pode conter também relações interpessoais de violência, tanto entre professor-aluno, por exemplo, nas relações intergeracionais, tanto nas relações entre pares, aluno/aluno, nas relações intrageracionais. Como alvo desta pesquisa, ressaltamos as razões e os impactos da violência professor-aluno, em especial a

que ocorre entre as quatro paredes da sala de aula, local que deveria ser por excelência, do encontro mestre e estudante, num ambiente de interação que deveria prezar pela relação dialógica, respeitosa, sem coerção. Mas é neste local que pode ocorrer a construção de uma cultura abusiva no relacionamento interpessoal, no que diz respeito à responsabilidade do professor sobre a criança e/ o adolescente. (Koehler, 2003)

A não percepção da violência por parte do professor verificada nos relatos dos alunos é compreendida quando pesquisas como a de Pedrosa (2011) que relata a dificuldade dos próprios professores em assumir que uma atitude ou conduta disciplinar pode ser coercitiva, baseada na força e no poder. Souza & Ristum (2005) afirmam que a percepção dos professores acerca da violência no ambiente escolar, baseia-se nas agressões entre pares, e na maioria das vezes, estes não consideram suas ações disciplinadoras e repressivas, como práticas de violência.

Os dados levam a refletir a urgente necessidade da sociedade e principalmente da área da Educação em ampliando o debate sobre o fenômeno da violência e o estudo científico em todas suas modalidades e possibilidades, pois, segundo Arendt (2000) a violência estrutural, resultado de uma ideologia presente na sociedade que impõe leis e regras para o controle social, pode refletir-se também no espaço escolar, quando ao privilegiar alguns grupos em detrimento de outros, determina desigualdades e promove a exclusão de determinados grupos sociais. A sociedade, por ser hierarquizada cultural, econômica e socialmente, determina exclusões e discriminações que se reproduzem no interior das escolas, de modo que se pode interpretar a violência aí presente também como resultado da violência social (Arendt, 2000).

Abster a educação de debates e reflexões sobre o tema, principalmente na área de formação de docentes, resulta em espaços escolares mais violentos, pois como o fenômeno é socialmente verificado nos jogos sociais, o professor pode muitas vezes, por falta de reflexão e conhecimento, ser produtor e propagador de violência, sem que perceba, justificando seus atos à sua profissão, seguindo uma ideologia social de regras e controle ao estar num grupo social privilegiado (docentes) em detrimento ao grupo de educandos, podendo promover desigualdades e exclusão.

## Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi identificar as representações de alunos do ensino fundamental a respeito da violência, especificamente sobre psicológica, porém apenas 1.7% dos alunos entrevistados responderam de forma a referenciar esta modalidade de violência, citada pelos verbos “humilhar” e “abandonar”. Tal resultado indica a invisibilidade de formas mais sutis de violência, que acabam sendo ignoradas, ou de forma mais agravante, acabam muitas vezes não percebidas no cotidiano das relações interpessoais escolares. Os reflexos desta situação podem ser camuflados por outras situações que dificultam e entram o processo escolar, atualmente tão criticado e desmoralizado, em alguns casos, pelos setores sociais, políticos, familiares e pela própria comunidade escolar.

Os dados analisados permitiram, de forma reflexiva e crítica, constatar a escassez de percepções ou definições dos estudantes sobre violência psicológica e suas modalidades nas relações interpessoais escolares, especificamente na relação aluno e professor. A violência psicológica, embutida nas relações interpessoais, através das relações de poder no cotidiano escolar, apresenta-se de forma sutil por meio de formas destrutivas e padrão repetitivo de interação por meio do uso da linguagem verbal, com palavras, nomeações, apelidos e classificações; através de formas gestuais e posturas que indicam descrédito, desmerecimento, insignificância, chegando-se ao ápice de ignorar, rejeitar, desprezar, humilhar utilizadas no âmbito escolar por professores ou outros agentes adultos na forma de se relacionar irrefletidamente com os alunos nas relações interpessoais como forma de interação e de prática disciplinar normatizada, porém despercebida por estar camuflada nos objetivos do desenvolvimento da aprendizagem por meio da disciplina, silêncio e submissão.

Os desafios levantados apontam dados e problemas que podem não ser a fonte, mas apenas uma consequência da violência psicológica, uma violência velada, mas não menos ameaçadora ao convívio escolar. Muitas vezes este é o fenômeno disparador dos conflitos facilmente percebidos, seguidos de notoriedade e comoção, como a violência física, citada por 73% dos participantes desta pesquisa, seguida de 21% de relatos sobre a violência verbal.

O fenômeno da violência psicológica, na modalidade humilhação pouco foi referenciada pelos participantes da pesquisa, porém, a não percepção

e identificação desta não indica sua inexistência ou diminui seus efeitos deletérios nas relações sociais, e no caso deste estudo, nas relações interpessoais educacionais entre professor e aluno. A violência invisível que abarca o laço social precisa ser reconhecida através da possibilidade de conceituação do fenômeno, pois pode ser ela a mola propulsora das violências verbal e física, majoritariamente referenciadas neste estudo.

O caráter de invisibilidade da violência psicológica, embutida nas relações interpessoais através do uso do poder e da autoridade do professor, de palavras e atitudes mais sutis, classificações e omissões podem ser à base da sensação de que o ambiente escolar está muito violento, pois a violência manifestada propaga a sensação de hostilidade, apreensão, cautela, onde os indivíduos sempre expostos a possibilidade de ataque, mesmo que inconscientemente, estão prontos para a defesa, podendo esta ser um revide ao ataque com outro ataque.

O aluno inserido num ambiente hostil e de difícil convivência, que emana agressão em sua estruturação institucional, física, e nas relações de poder instauradas de forma violenta, tende a se ver acuado, extravasando este sentimento na violência verbal e física, tão facilmente identificados e verificados no cotidiano escolar como os grandes algozes, tratando o que é consequência como causa, impossibilitando assim estratégias de combate realmente eficazes a violência na escola.

Quanto menos identificado e referenciado a violência psicológica, mais esta tende a se difundir e se sustentar nos jogos de relações sociais, políticas e econômicas, demarcada pelo discurso que sustenta os laços de dominação e exploração, isto é, a escola acaba por ser instrumento impositivo e castrador da autonomia e criticidade do aluno, levando-o a aceitar regras e normas sem questionamento, postura certamente introjetada durante todo o percurso escolar e que se refletirá na autoria emancipada de sua vida e no exercício crítico da cidadania, dificultando sua superação, na verdade, sendo instrumento da manutenção do status quo.

A criança e adolescente expostos rotineiramente à violência psicológica na relação interpessoal com o professor tem seu desenvolvimento biopsicossocial prejudicados, podendo provocar efeitos deletérios na formação de sua personalidade e na forma de encarar a vida, com comprometimento do desenvolvimento positivo de seu autoconceito e autoestima. Não menos deletérios são os efeitos na vida escolar destes.

As ações do professor impactam os alunos, a percepção e vivência das relações escolares, gerando sofrimento, falta de afeto, apoio e insegurança, afetando diretamente o desenvolvimento cognitivo e acadêmico. A criança legítima através do poder imposto pelo adulto o que ele pensa ou sente sobre ela, e nesta relação à criança pode passar a constituir-se como incompetente, fracassada, aumentando o sentimento de desvalorização de si, refletindo posteriormente na sua competência social e na capacidade de estabelecer relacionamentos positivos e saudáveis, nas suas atitudes e emoções, podendo-se expressar de forma passiva ou agressiva.

Perante toda gravidade exposta, cabe aos profissionais e estudiosos, compromissados com a promoção e garantia dos direitos da infância e juventude, repensar a violência psicológica instaurada nas relações educacionais para que não cause o esmagamento e o silenciamento dos que deveriam estar sendo formados para se tornarem sujeitos. Uma atitude favorável com vistas à superação do fenômeno no ambiente escolar é o diálogo. Através deste pode-se incitar reflexões que visem percebê-lo, identificá-lo e, conseqüentemente, combatê-lo a partir de outras formas de relacionamento e interação.

Dessa maneira pode-se pensar no combate à violência na escola através de propostas de novas formas de relacionar-se e agir pedagogicamente, em busca de um ambiente mais saudável e democrático no cotidiano escolar, considerando-se, inclusive, em influenciar a escola na reformulação de seu Projeto Político Pedagógico, para que passe a incluir espaços para circulação do discurso e reflexões com vistas ao combate a violência, contando com a participação dos alunos, demais funcionários e pais no processo, atingindo, de forma emancipadora, toda a comunidade escolar.

Diante dos dados obtidos e até aqui explanados, sobre os quais se refletiu à luz de teorias e pesquisas, fica-nos a indagação de que caminhos poderíamos seguir, que instrumentos teríamos à disposição da comunidade escolar e da sociedade em geral, para o combate à violência no contexto escolar?

A psicologia escolar é um instrumento importante, promovendo espaços de abertura para o falar e o ouvir, promovendo oportunidades para acirculação do discurso, compõe um importante recurso para a construção das instituições humanas, e dentre elas, a escola, pois os discursos institucionais tendem a

ser repetitivos, produzindo mesmice e reprodução de falas, representações e comportamentos que se tornam cristalizados, na tentativa de preservar o igual e garantir a permanência (Machado & Proença, 2004). Apenas através de espaço para circulação discursiva no espaço escolar, se instaurará reflexões que consigam ressignificar as representações já estabelecidas, proporcionando espaços de criação de discursos mais flexíveis, da exposição e assimilação de novas ideias e pontos de vista, proporcionando relações interpessoais mais abertas, francas, abrindo possibilidades de reflexão que embasem atitudes, ações, projetos que viabilizem o combate à violência na escola e ampare a proposta humanizadora e emancipadora da educação.

Quando, no cotidiano escolar, há espaço a circulação de discursos, seus autores podem se implicar em seu fazer de forma ativa e responsável por aquilo que fazem ou dizem. “Mudam ativamente os discursos, assim como são por eles mudadas, de modo permanente (Machado & Proença, 2004, p. 60). É através de espaços para debates, reflexões e conhecimento e reconhecimento dos desafios atuais que permeiam a educação, que poderemos buscar alternativas para a diminuição da violência no cotidiano escolar e a construção de uma educação humanizadora, emancipadora. De acordo com Freire (1979, p. 34), “a educação, como prática de liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade”, o que envolve um processo de conscientização. Tal conscientização só se faz possível através do diálogo, da circulação do discurso como forma de resolução dos conflitos e embates interpessoais no cotidiano escolar.

A presente pesquisa apresentou limitações, dentre elas pesquisar apenas escolas municipais de periferia, o que pode ter interferido no teor das representações levantadas, visto a dura realidade apresentada em ambas as escolas, tanto dos alunos em situação de vulnerabilidade social, quanto dos professores também vítimas de um precário sistema de ensino. Mas também se destaca que, nesse contexto específico, configura-se como implicação da pesquisa a possibilidade de um trabalho de formação junto a esses professores, como forma de mostrar e tornar consciente a questão da violência psicológica por eles manifestada.

Outro ponto foi o público alvo da pesquisa, que se limitou a crianças de faixa etária entre 9 a 11 anos. A realização psicológica com todo público escolar, desde a educação infantil até a educação superior, poderá

abranger outras representações sobre o fenômeno, além de poder abranger também os docentes, totalmente inseridos no contexto da pesquisa.

Faz-se pertinente o estudo e pesquisas de profissionais da educação que desnaturalizem a violência psicológica nas relações educacionais entre professores e alunos, visto a alta relevância para a atenção e cuidado com a criança e adolescente em desenvolvimento, com vistas a promoção da saúde biopsicossocial destes, assim como o desenvolvimento cognitivo e da vida escolar educacional destes, por meio da produção de pesquisa embasadas teoricamente, tornando o conhecimento científico mais difundido, podendo desmistificar ideias e posições a nível comum, que tendem a naturalizar o autoritarismo impregnado nas relações de poder e no controle dos educandos no cotidiano escolar.

As representações levantadas nesta pesquisa indicam possibilidades de futuros estudos, assim como apontam a possibilidade de continuidade da pesquisa, podendo-se estendê-la a outras faixas etárias, escolas estaduais ou particulares, assim como também, dirigi-la a outro público-alvo, buscando-se levantar a percepção dos docentes sobre o fenômeno da violência psicológica, dentre outras.

A área da educação também pode beneficiar-se, principalmente na formação dos profissionais em nível de graduação, por meio da inserção, no currículo, de debates sobre a violência e suas modalidades no cotidiano escolar, assim como em capacitações periódicas, utilizando-se as implicações desta pesquisa como objeto de estudos e reflexões, o que podem contribuir para a percepção e identificação do fenômeno da violência psicológica nas relações educacionais.

Dessa maneira pode-se pensar no combate à violência na escola através de propostas de novas formas de relacionar-se e agir pedagogicamente, em busca de um ambiente mais saudável e democrático no cotidiano escolar, considerando-se, inclusive, em influenciar a escola na reformulação de seu Projeto Político Pedagógico, para que passe a incluir espaços para circulação do discurso e reflexões com vistas ao combate a violência, contando com a participação dos alunos, demais funcionários e pais no processo, atingindo, de forma emancipadora, toda a comunidade escolar.

## Referências

- Abramovay, M., & Rua, M. G. (2002). *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, Banco Mundial, UNAIDS, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME,
- \_\_\_\_\_. (2003). *Violência na escola: América Latina e Caribe*. Brasília: UNESCO.
- \_\_\_\_\_. (2006). (ORG). *Cotidiano das escolas: entre violências*. Brasília: UNESCO, Observatório de violência, Ministério da Educação.
- Arendet, H. (2000). *Sobre a violência*. (A. Duarte, Trad.). Rio de Janeiro: RelumeDumará. (Original publicado em 1969).
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edição 70.
- Bourdieu, P; Passeron, J. C. (1975). *A reprodução: elementos para uma teoria do ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, pp. 15-75.
- Brasil. (2002). Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. *Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde*. Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.
- Charlot, B. (2002). *Violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão*. Sociologias, Porto Alegre, 4 (8).
- Debarbieux, E., & Blaya, C. (2002). *Violência nas escolas e políticas públicas* (pp. 59-92). Brasília: Unesco.
- Freire, P. (1979). *Conscientização*. São Paulo: Cortez e Moraes.
- Kappel, V. B., Gontijo, D. T., Medeiros, M., & Monteiro, E. M. L. M. (2014). Enfrentamento da violência no ambiente escolar na perspectiva dos diferentes atores. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 18, 723-735.
- Kodato, S. (2004). Representações Sociais de Violência e Práticas Exemplares de Prevenção em Escolas Públicas Brasileiras. In *VIII Congresso LusoBrasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, set.
- Koehler, S. M. F., & Azevedo, M. A. (2003). Violência psicológica: um estudo do fenômeno na relação professor-aluno.
- Machado, A. M., Proença, M. (2004). *Psicologia escolar: Em busca de novos rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son image t son publique*. Paris: Puf.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Representações sociais: investigações em Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Nascimento, R. C. S. (2011). *Entre xingamentos e rejeições: um estudo da violência psicológica na relação entre professor e aluno com dificuldades de aprendizagem*. Dissertação de mestrado em psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

- Netto, L., Rodrigues, R. N., Costa, M. A., dos Santos, J., & Tatagiba, G. A. (2012). Experiências e especificidades da violência escolar na percepção de funcionários de uma escola pública. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 2(3), 591-600.
- de Paula, A. D. S., Kodato, S., & Dias, F. X. (2013). Representações sociais da violência em professores da escola pública. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 4(2), 240-257.
- Pedrosa, S. M. (2011). *A violência no contexto escolar: concepções e significados a partir da ótica de professores de uma instituição de ensino público*. Mestrado em Enfermagem, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Priotto, E. (2008). *Violência escolar: políticas públicas e práticas educativas*. Dissertação (Mestrado em Educação); Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.
- Ristum, M. (2001). *O conceito de violência de professoras do ensino fundamental*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.
- Souza, LVD, & Ristum, M. (2005). Relatos de violência, concepções de violência e práticas escolares de professoras: em busca de relações. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 15, 377-385.
- Zaluar, A., & Leal, M. C. (2001). Extra and inter walls violence. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(45).
- Žižek, S. (2009). *Violência: seis notas à margem*. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.

Recebido em: 16 de out. 2018.

Aprovado em: 28 de mai. 2022.

